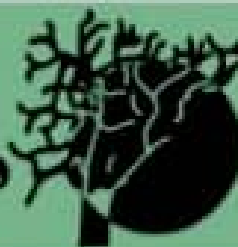


JORNAL DA

ASSUEL

www.assuel.com.br



SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS TÉCNICOS - ADMINISTRATIVOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA



ASSUEL exige que perícias médicas sejam realizadas em Londrina

Servidores criticam a realização de perícias médicas em Curitiba; despesas com viagem, estadia e alimentação são as principais queixas

A pericia médica foram um dos principais temas da assembleia realizada pelo ASSUEL no dia 24 de setembro. A pauta foi baseada nas reclamações de servidores que precisam se deslocar até Curitiba para avaliações, mesmo possuindo saúde local. Os servidores se queixam que precisam arcar com despesas de hospedagem, alimentação e transporte, além de ter o dia de trabalho descontado.

A ASSUEL reitera que as perícias sejam realizadas em Londrina ou, caso o deslocamento seja necessário, que o estado cubra as despesas. Houve

um primeiro encontro da Secretaria de Administração (SEAP) proposto por eles, mas o Sindicato não houve a garantia de atendimento presencial no colégio. O presidente do sindicato, Marcelo Soares, garantiu que se o governo não mudar a postura com relação às perícias, a ASSUEL deverá realizar protestos no centro da cidade.

Contra o deslocamento de servidores, Janete Alves, do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (SINTEC), afirmou que trabalha no Paranaprevidência há mais de 20 anos e tem sofrido com dores nas costas. Ela conta de difícil acesso que vive a cada dois anos para fazer a pericia. Na última, teve uma despesa de mais de mil reais na viagem para a capital. Pg.

“Os servidores se queixam que precisam arcar com despesas de hospedagem, alimentação e transporte, além de ter o dia de trabalho descontado”

Tiago Amaral não participa de debate organizado pelos sindicatos

Apesar da dificuldade na agenda, o candidato a prefeito de Londrina, Tiago Amaral, foi o único profissional que não compareceu ao debate organizado pelo Colégio de Sindicatos de Londrina e Região realizado no manhã do dia 20 de setembro, no Instituto Federal do Paraná (IFPR). Trabalhadores, estudantes e comunidade de zona norte, se fizeram presentes para acompanhar debate com sete dos sete concorrentes à Prefeitura de Londrina.

Barbara Neto (PDT), Coronel Vile (PSDB), Diego Garre (República), Isabela Diniz (PT), Professora Maria Teresa (PP) e Fernando Torres (MDB) marcaram presença.

A ASSUEL, como faz parte do Colégio Sindical, colaborou na organização do evento. Para o presidente Marcelo Soares, o debate serviu de incentivo para os eleitores definirem o seu voto. “O objetivo do Colégio foi proporcionar à classe trabalhadora conhecer as propostas, para que

pudesse avaliar os candidatos”, disse Soares. Assessor do candidato é criticado - A assessoria do deputado estadual e atual candidato a Prefeitura de Londrina, Tiago Amaral foi criticada pela plataforma e pelos sindicalistas. “Fica evidente que ele não tem compromisso com a classe trabalhadora, com a população mais carente e está defendendo outros interesses que não os da sociedade em geral”, disse o diretor de formação do Sindicato dos Bancários de Londrina, Laurito Porto Lira.



Gratificação de periculosidade

Pg. 2

Governo não conta para debater tabela dos agentes de apoio

Pg. 3

Servidores de HU reclamam da exigência de uniformes

Pg. 4

ASSUEL luta para proteger os direitos dos agentes de segurança

ASSUEL está mobilizada contra uma mudança que ateta diretamente os Agentes de Segurança Interna da Universidade. A UEL, segundo orientação do Departamento de Recursos Humanos do Estado de Paraná, pretende substituir a Gratificação de Periculosidade, atualmente paga a esses servidores, pela Gratificação de Segurança Patrimonial (GSP).

"Essa mudança representa um grande retrocesso para os servidores."

Uma vez que a gratificação de periculosidade, calculada com base em percentuais diferenciados, cresce proporcionalmente à progressão na carreira. Ou seja, conforme o agente avança, seu adicional de periculosidade também aumenta, garantindo que o benefício acompanhe o desenvolvimento profissional e a valorização do servidor", alertou o assessor jurídico de ASSUEL, Maurício Toledo.

Ofício - A ASSUEL já se posicionou oficialmente sobre essa questão em uma comunicação deflagrada por meio administrativo junto à UEL, contestando a supressão da gratificação de periculosidade. No documento, o

syndicat argumenta que a criação de uma vantagem pessoal nominalmente identificada (VPI) para substituir a periculosidade representa uma perda para os servidores, pois essa VPI só seria reajustada com o correção da base, congelando o crescimento da gratificação ao longo da carreira.

Retrocesso - Para o sindicato, essa alteração, embora mantenha os salários no curto prazo, impede que os servidores sejam devidamente recompensados pelo risco envolvido em suas funções, já que o adicional de periculosidade desvirtua de acompanhar a progressão profissional. "A ASSUEL considera essa medida um retrocesso e está agindo para evitar que ela seja implementada, garantindo que os direitos adquiridos pelos agentes de segurança sejam preservados", informou Toledo.

A entidade reforça seu compromisso com a defesa dos direitos da categoria e pede que todos os servidores fiquem atentos aos desdobramentos dessa



"A ASSUEL considera essa medida um retrocesso e está agindo para evitar que ela seja implementada, garantindo que os direitos adquiridos pelos agentes de segurança sejam preservados"

processo. O presidente da ASSUEL, Marcelo Seabra reforça que: "a luta pela manutenção da gratificação de periculosidade é uma prioridade, e o sindicato utilizará todos os instrumentos legais e administrativos disponíveis para tornar essa mudança prejudicial", disse Seabra.

Mudança no adicional noturno prejudica servidores com jornadas mais pesadas

A administração da UEL, anunciou recentemente sobre a decisão de alterar o cálculo do adicional noturno para servidores em Regime de Trabalho em Turnos (RTT). A nova regra, que estabeleceu a hora noturna com 40 minutos, já estava prevista na Lei 20.915/2021, mas foi implementada apenas agora, após pressão do Estado para que a UEL realizasse a mudança. O que suprimiu o impacto negativo dessa decisão para trabalhadores que atuam em jornadas mais longas e exaustivas.

Desde a década de 1980 os servidores da UEL vinham recebendo o adicional noturno com base na hora reduzida de 52 minutos e 55 segundos, o que refletia de forma justa as condições de trabalho noturno. A mudança para uma hora de 52 minutos, especialmente para os trabalhadores de RTT, traz uma redução significativa no valor do adicional. Enquanto os servidores fora do regime de turnos continuavam com a hora noturna reduzida, aqueles com as jornadas mais pesadas serão os mais prejudicados.

Medida injusta - De acordo com o assessor jurídico do sindicato, Maurício Toledo, essa alteração não

"Embora a UEL tenha autonomia, a universidade cedeu à pressão do Estado para implementar essa regra, sem buscar soluções que pudessem preservar os direitos dos trabalhadores"



apenas desvaloriza o esforço dos servidores que trabalham em condições mais difíceis, mas também afeta a estabilidade das relações jurídicas, visto que o adicional vinha sendo pago da mesma forma há décadas. "Essa mudança fere o princípio da irredutibilidade salarial, uma vez que os trabalhadores têm o direito de manter as condições de remuneração que vêm sendo adquiridas de forma contínua e estável ao longo dos anos", informou Toledo.

Embora a UEL tenha autonomia, a universidade cedeu à pressão do Estado para implementar essa regra, sem buscar soluções que pudessem preservar os direitos dos trabalhadores. A ASSUEL considera essa medida injusta e está mobilizando a categoria para lutar pela manutenção do adicional noturno com base na hora reduzida para todos os servidores, independentemente do regime de trabalho. "Aguardamos para reverter essa decisão, contatando com o apoio e a união dos trabalhadores para pressionar a universidade e o Estado a reconsiderar a medida", declarou o assessor jurídico.

Uso do ponto eletrônico tem de ser para todos



A administração da UEL anunciou que os servidores terão de utilizar o ponto eletrônico para controlar a frequência dos trabalhadores. O aparelho é uma ferramenta comum para controlar a jornada de trabalho de servidores públicos, e é permitido por lei. Ele é utilizado em diversos órgãos públicos, como prefeituras, hospitais, pontos de saúde, escolas e universidades.

O presidente da ASSUEL, Marcelo Seabra avalia que o sistema não se opõe à implantação do ponto eletrônico, desde que seja para todos os servidores da universidade. "Entendemos que se for aplicado para os diversos administrativos, também deve ser obrigatório para os docentes, por se tratar de uma proposta de economia", declarou Seabra.

Servidores do HU denunciam exigência de uniforme

A ASSUEL tem recebido várias reclamações de servidores do Hospital Universitário sobre a exigência de uniforme. De acordo com os trabalhadores, a orientação da administração do hospital é que os servidores usem uniformes, no entanto, nem todos têm condições de adquiri-los, por isso acionaram a ajuda do sindicato.

A ASSUEL, por sua vez, consultou a assessoria jurídica do sindicato sobre a reclamação dos servidores e foi informada que o empregador quando exige o uniforme ele é responsável por fornecer o produto, comprando ou disponibilizando o dinheiro para compra.



ASSUEL insiste na correção da tabela dos agentes de apoio, mas governo se nega a atender o sindicato

A ASSUEL, por meio do Grupo de Trabalho dos Agentes de Apoio do Fórum das Entidades Sindicais (FES), tem se esforçado para montar uma nova reunião com o governo para tratar da correção da tabela salarial dos agentes de apoio das universidades do estado, mas o governo não se nega a lidar com as representações da categoria.

Leticiando que em março deste ano, o governo do Paraná prometeu uma nova tabela salarial para os agentes de apoio do Poder Executivo do estado, no entanto até agora as melhorias nestas categorias não avançaram. Entre as pautas estão a reestruturação salarial para os agentes de apoio, proposta de uma carreira única para os agentes de apoio, reconhecimento da possibilidade de ajustes pelo governo estadual.

O presidente da ASSUEL, Marcelo Sestini, lembra que houve uma reunião com o secretário de Estado da Fazenda, Roberto Origara, três meses atrás, na qual foi afirmado que, caso o caso o governo Ratinho Junior (PSD) não fosse obrigado a pagar a dívida da data-base referente a 2017, estimada em 12 bilhões de reais, haveria possibilidade de discutir a correção.

O pagamento terminou-se após um curso no STF (Supremo Tribunal Federal).

"O STF não pagou essa questão, ficou agora para novembro e tudo indica que o governo não fará que pagar esses 12 bilhões. A gente entende que há possibilidade de discutir a correção da tabela dos agentes de apoio e solicitamos a reunião com o Origara, mas até até o momento não nos reuniram", relata Sestini, afirmando que a ASSUEL continuará insistindo nessa pauta.

"O STF não julgou essa questão, ficou agora para novembro e tudo indica que o governo não fará que pagar esses 12 bilhões. A gente entende que há possibilidade de discutir a correção da tabela dos agentes de apoio"

Uma alteração que trouxe preocupação para a categoria foi o ajuste no cálculo do adicional noturno. O Sindicato apontou que houve mudanças na forma de cálculo, passando de 52 minutos e 30 segundos para 80 minutos, com isso, o tempo destinado para refeição passa a ser descontado. O tema foi encaminhado para análise jurídica, uma vez que a mudança representa uma penalização para os servidores.



Perícias Médicas: Deslocamento para Curitiba adoece ainda mais o servidor

A ASSUEL segue firme na defesa dos direitos dos servidores, enfrentando agora um grave problema relacionado às perícias médicas. Os servidores da UEL estão sendo obrigados a se deslocar até Curitiba para realizarem perícias, muitas vezes em condições de saúde extremamente delicadas, sem o devido apoio logístico e financeiro por parte do Estado.

Dificuldade de deslocamento - De acordo com o processo administrativo iniciado pelo chefe da ASSUEL, o Estado do Paraná se esquivou da responsabilidade de garantir a realização de todas as perícias em Londrina, mas apenas oferecer condições dignas para o deslocamento dos servidores. Entre os casos mais alarmantes, estão os de servidores em tratamento de doenças graves, como câncer, que são obrigados a enfrentar longas viagens de ônibus para comparecerem às perícias, sem qualquer reembolso das despesas de viagem e hospedagem.

Arrecando com os custos - O Estado, por meio do Departamento de Perícia Médica (DPM), confirmou que não há previsão legal para o pagamento de despesas com deslocamento e hospedagem, obrigando os servidores a arcarem com esses custos. Além disso, servidores relatam que tem perícias no meio da manhã e não têm flexibilidade de trabalho no dia anterior para viagem, aumentando ainda mais o impacto negativo dessas perícias.

Avaliações sem critérios - A ASSUEL também denunciou que, além das dificuldades de locomoção, muitos servidores têm recebido decisões médicas inconsistentes, como diagnósticos não solicitados ou a negação de adaptações necessárias. A falta de critérios nas avaliações gera insegurança para os servidores, que já enfrentam o desafio de lidar com problemas de saúde.

Estado ignora os servidores - O sindicato já realizou diversas tentativas de diálogo com a UEL, e com o Estado, buscando soluções para que as perícias possam ser realizadas em Londrina, ou ao menos que os servidores sejam arrecados com os custos e o tempo necessário para o deslocamento. Até o momento, o Estado tem se mantido intransigente,



Servidora Janete Oliva, 56, do setor de limpeza médica do estado, dois anos

ignorando a realidade difícil enfrentada por aqueles que já estão vulneráveis devido a problemas de saúde.

O presidente da ASSUEL reafirma seu compromisso em continuar lutando para que os servidores tenham um tratamento justo diante das perícias médicas. "Credenciamos que buscamos alternativas para que o Estado assuma sua responsabilidade e crie melhores condições para os trabalhadores", declarou Sestini.

"É sofrido e injusto", declara servidora que faz perícia a cada dois anos"

Há seis anos, a auxiliar operacional do Restaurante Universitário (RU), Janete Oliva da Silva, foi diagnosticada com "espondilodiscoartrose", uma doença que causa desgaste dos discos entre as vértebras, uma esclerose que causa muita dor nas costas. Por esse motivo, ela não consegue carregar peso, nem ficar muito tempo em pé. Para manter o trabalho, ela precisa fazer perícia médica a cada dois anos e apresentar o laudo no setor.

Segundo a servidora, a cada ano ela precisa fazer duas perícias médicas.

"Passo por muitos transtornos, a começar que meu marido perdeu um dia de trabalho para me levar de carro. Temos gastos com combustível, alimentação e hospedagem em Curitiba, além das dores que tive ao esperar na estrada", lamenta Janete.

Ainda de acordo com a servidora, os gastos passaram de mil reais e hoje estão ficando mais de dois mil reais. "O justo é não pagarem as despesas para obter os custos. Precisamos lutar com mais atenção para a gente. O ideal é voltar a ter as perícias aqui em Londrina", afirma Janete, que trabalha há 25 anos no RU.

